



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2010
(Do Sr. João Almeida)

Requer informações ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto à execução do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC na parte referente a Financiamento à Pessoa Física.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Excia. sejam requeridas ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, as seguintes informações:

1 – No site do MPOG, no ícone PAC, consta sob o título “Execução Financeira do PAC 2007-2009 – OGU FISCAL E SEGURIDADE” que R\$ 137,5 bilhões foram alocados para financiamento à pessoa física, em todo o Brasil:

- a) Desse total referenciado, qual o valor correspondente ao financiamento de construção de novas unidades habitacionais?
- b) Qual o valor correspondente à aquisição de novos terrenos destinados a novos empreendimentos habitacionais?
- c) Qual o valor destinado à infraestrutura de novos empreendimentos habitacionais, incluindo o financiamento de saneamento básico, rede de energia elétrica, obras de urbanização e vias públicas?
- d) Qual o valor destinado ao financiamento de imóveis usados, bem como para a reforma em geral?
- e) Por fim, do total referenciado em financiamento à pessoa física, quanto compõe o Programa Minha Casa, Minha Vida?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram amplamente divulgadas pela imprensa nacional notícias, com base em dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, dando conta do balanço de 3 anos do Programa de Aceleração do Crescimento com execução de 63,3% do total previsto em três fontes – Orçamento Geral da União, Estatais e setor privado. Segundo o Ministro Paulo Bernardo, o total geral executado foi de R\$ 403,8 bilhões, sendo R\$ 126,3 bilhões das estatais, R\$ 88,8 bilhões do setor privado, R\$ 35 bilhões do Orçamento Fiscal, R\$ 5,1 bilhões de financiamento ao setor público, **R\$ 137,5 bilhões em financiamento à pessoa física** e R\$ 11,1 bilhões de contrapartida de Estados e Municípios.

Nesse aspecto, destaca-se o Editorial do Estadão sob o título “O falso êxito do PAC” como se segue:

“ Por qualquer critério isento que se examinem os números da execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) apresentados na quinta-feira pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff ? sua principal gestora, batizada pelo presidente Lula como “mãe do PAC” ?, a conclusão é decepcionante. Sua execução é lenta, o que torna muito duvidoso que seja concluído no prazo previsto. A utilização de certos indicadores mascara seu baixo nível de execução. Seus principais resultados são frutos de programas e projetos de empresas estatais e privadas que seriam executados com ou sem ele. A necessária melhora na qualidade do gastos do governo, que deveria ser um de seus principais efeitos sobre a gestão financeira do setor público, não ocorreu até agora e não deverá ocorrer no último ano de sua vigência.

O PAC é um fracasso que, mesmo assim, a ministra-candidata transformou, com o entusiasmado apoio de seu mentor político, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na principal peça de propaganda de sua campanha eleitoral lançada antes do prazo previsto pela legislação. Ao longo deste ano, seguramente muito será dito



CÂMARA DOS DEPUTADOS

pelo governo sobre esse programa, mas o eleitor precisará estar atento para não ser enganado.

A ministra anunciou que, do total de R\$ 638 bilhões em investimentos no período 2007-2010 previstos no PAC, R\$ 403,8 bilhões, ou 63,3%, tinham sido aplicados até o fim do ano passado. É um dado enganoso. Se se considerar apenas as ações efetivamente concluídas, o resultado é bem menos animador. Em 36 meses de execução do PAC, nas obras encerradas foram aplicados R\$ 256,9 bilhões, ou seja, 40,3% do total.

Isso significa que, por ano, o governo executou, em média, 13,4% do total. Para concluir o PAC no prazo, teria de executar 60% neste ano de 2010, ou seja, teria de multiplicar por 4,5 o ritmo da execução do programa. Mesmo que, como assegura a ministra, o governo tenha aprendido a gerir melhor o programa, não parece crível que consiga elevar tanto assim o ritmo, pois isso exigiria da atual gestão uma competência que ela nunca mostrou ter.

Do valor de R\$ 403,8 bilhões anunciado pela ministra como realizado, é preciso destacar uma gorda parcela, de R\$ 137,5 bilhões (34% do total), que nada tem a ver com obras, pois é formada por empréstimos habitacionais a pessoas físicas. São recursos oriundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, do FGTS, do FAT e de outras fontes públicas.

Esses recursos são utilizados, em geral, na compra de imóveis usados, pois as políticas do governo para esses fundos privilegiam esse tipo de negócio. Economistas do setor privado observam que, ao contrário das vendas de imóveis novos, as de imóveis usados não resultam necessariamente na geração de emprego ou renda, como é o objetivo do PAC. Daí a estranheza com relação ao uso desses dados, o que pode ter sido feito apenas para inflar os resultados.

Outra parcela importante refere-se aos investimentos das estatais, de R\$ 126,3 bilhões (31%). A Petrobrás responde pela maior fatia desses investimentos, que seriam feitos pelas estatais com ou sem o PAC, pois eles são elementos essenciais do planejamento estratégico dessas empresas.

A terceira fatia mais importante corresponde aos investimentos das empresas privadas, de R\$ 88,8 bilhões (ou 22% do total), e sobre eles o governo nada pode decidir. Há, ainda, as contrapartidas dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estados e municípios (R\$ 11,1 bilhões, ou 3%) e os financiamentos (R\$ 5,1 bilhões, ou 1%).

A fatia do PAC que cabe exclusivamente ao governo do PT, originária do Orçamento-Geral da União, totalizou apenas R\$ 35 bilhões, 9% do que a ministra anunciou ter sido executado. Esses números mostram que, apesar de tudo que tem anunciado e apesar do PAC, o governo continua a investir pouco, bem menos do que as necessidades do País.

O padrão do gasto oficial, dominado pelas despesas de custeio, continua ruim para a economia brasileira e para os cidadãos. Melhorá-lo exige a redução dos gastos correntes, mas as despesas que mais crescem no governo Lula são com o funcionalismo, razão pela qual, tirante o PAC, é pequena a fatia que sobra para investir. Em resumo, o PAC, mal gerido, está longe de suas metas.”

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2010.

Deputado João Almeida
PSDB

ACCFE9C557 *ACCFE9C557*